



Maia negocia inclusão de Estados na reforma da Previdência

Reuniões entre a noite de terça e a manhã de quarta devem definir alternativa para que relator Samuel Moreira acolha o pedido

Camila Turtelli e Mariana Haubert, O Estado de S.Paulo

25 de junho de 2019 | 20h24

Atualizado 25 de junho de 2019 | 21h36

BRASÍLIA - O presidente da Câmara, **Rodrigo Maia** (DEM-RJ), busca um acordo para que as regras propostas na **reforma da Previdência** em tramitação no Congresso também valham para os servidores estaduais e municipais.

Pela proposta entregue pelo governo Jair Bolsonaro, a reforma da Previdência também atingiria Estados e municípios. No entanto, o relator do texto na comissão especial que discute as mudanças nas regras previdenciárias, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), retirou esse trecho por não ter um acordo na Câmara sobre a permanência dos Estados e municípios na reforma.

Reuniões entre parlamentares, governadores e equipe econômica entre a noite de terça-feira e a manhã de quarta-feira devem definir qual caminho será tomado, sem que se comprometa o número de votos necessários para se aprovar a proposta no plenário da Câmara, em dois turnos, ainda antes do recesso parlamentar que tem início no dia 18 de julho.

Nesta terça-feira, Maia disse que não adianta excluir os governos regionais da reforma porque o “problema volta” para o Congresso e o governo federal. “A gente vê a pressão que os Estados estão fazendo por recursos. Então, não adianta excluir os governadores porque depois o problema volta para o Congresso Nacional, volta para o Executivo federal”, afirmou.

Um possível encaminhamento para um acordo que está sendo estudado pelo relator da proposta é incluir os Estados e municípios no texto, mas condicionar a adoção das regras à aprovação de leis complementares pelas assembleias e câmaras municipais. Essa previsão atenderia ao pedido de lideranças que viam a necessidade de que governadores assumissem uma parcela maior de responsabilidade na reforma.

Parlamentares a favor têm apontado a situação das contas públicas estaduais para defender a inclusão. Deputados contrários afirmam que a reforma pode perder votos se prever normas para servidores estaduais ou municipais.

"Eu entendo a posição de uma parte relevante dos deputados que, de forma majoritária, decidiu nesse momento a retirada dos Estados. Mas, se a gente conseguir um grande acordo com a federação, eu acho que seria um momento histórico para a política brasileira, para os governadores, para os prefeitos, para o Parlamento", disse Maia.

| | |
|--------------------------|------------------|
| Veículo: Bahia Econômica | Online |
| Data: 25/06/2019 | Coluna: Economia |



POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS PREVISTA PARA ESTADOS É AFASTADA POR RELATOR DA REFORMA



admin 25 Junho, 2019

A possibilidade de se reduzir as alíquotas previstas para os Estados foi afastada pelo relator da reforma da Previdência, Samuel Moreira (PSDB-SP). Nesta terça-feira (25), o líder do Podemos, José Nelto (GO), questionou o relator sobre o assunto na Comissão Especial.

A União irá impor uma alíquota de 14% para os servidores dos Estados e municípios que tiveram déficit atuarial. No nosso Estado de Goiás, essa alíquota já é de 14,25%. “O Estado de Goiás irá perder com isso”, disse Nelto.

Ao responder o parlamentar, Moreira afirmou que não haverá problema de redução de alíquotas nos Estados.

Outros parlamentares cobraram ainda que Moreira inclua os Estados e municípios em sua reforma.

26/06/2019 - 05:00

Governo estuda juntar repasses para estimular a adesão dos Estados

Por **Fabio Graner**

O governo estuda juntar em um pacote só transferências que todo ano faz aos Estados relativas ao Fundo de Compensação das Exportações (FEX) e da Lei Kandir e adicionar cerca de R\$ 2 bilhões extras do Fundo Social do Pré-Sal para induzir os entes a adotar algumas medidas, entre elas a abertura do mercado de gás e a melhoria de indicadores de educação e saúde.

Os valores ainda não estão totalmente definidos e podem ser alterados, mas a intenção inicial era que esse conjunto de transferências que sairá do Fundo Social ficasse próximo de R\$ 6 bilhões, se o chamado "Plano Waldery", referência ao secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, avançar no governo.

O nome oficial é Programa de Fortalecimento das Finanças Estaduais (PFE), que se somaria ao Plano de Equilíbrio Fiscal (PEF, conhecido como Plano Mansueto), que visa a socorrer os Estados com dificuldades, no esforço para melhoria do quadro fiscal desses entes da federação.

Todo ano, o governo trava uma briga com o Congresso para repassar recursos aos Estados por conta da desoneração das exportações. Em alguns anos, esses repasses chegaram a R\$ 3,9 bilhões (R\$ 1,95 bilhão de FEX e o mesmo valor a título de compensação da Lei Kandir, que desonerou de ICMS os bens exportados).

A ideia da equipe econômica é aproveitar a discussão da abertura do mercado de gás, que pretende acabar com o monopólio da Petrobras, anunciada oficialmente na segunda-feira, para encerrar essa disputa anual. Ao mesmo tempo, pretende reforçar o caixa dos governos regionais, que sofrem com problemas fiscais graves e estimular a desestatização das empresas de gás pelos entes federativos, fomentando a maior competição nesse setor.

O Ministério da Economia não se pronuncia oficialmente sobre essa questão de como se processará a transferência aos entes da federação. A ideia nos bastidores é esperar o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) terminar as negociações com a Petrobras para um termo de ajustamento de conduta para quebrar o monopólio dela no mercado. Só depois disso que se pretende anunciar essa etapa do plano, que vem sendo desenhada há meses, desde a transição de governo, logo após a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições.

Os recursos adicionais à lei Kandir e ao FEX que o governo pretende repassar aos Estados por meio do Fundo Social estarão vinculados a direcionamento e metas de desempenho. Ou seja, receberão mais dinheiro aqueles Estados que obtiverem melhores resultados em critérios definidos para saúde, educação e outros que ainda estavam sendo estabelecidos, além das medidas para desestatizar o setor de gás e melhorar sua regulação em nível estadual, outro problema identificado pelos técnicos.

A ideia inicial era que esse adicional destinado a essas áreas estivesse dentro dos cerca de R\$ 2 bilhões que serão somados aos recursos fixos do FEX e da Lei Kandir a serem incorporados ao programa de transferência. Não está claro se essa parcela fixa, que hoje se fala em quase R\$ 4 bilhões, também estaria vinculada às medidas para o setor de gás, entre outras metas que podem ser definidas.

| | |
|-------------------------|-------------------|
| Veículo: Bahia Notícias | Caderno: Política |
| Data: 25/06/2019 | |



Terça, 25 de Junho de 2019 - 20:40

Governo negocia mudança em BPC na reforma previdenciária

por Gustavo Uribe e Thiago Resende / Folhapress

O presidente Jair Bolsonaro discute com o Poder Legislativo mudanças no texto da reforma previdenciária que será levada ao plenário da Câmara dos Deputados. Após reunião, no Palácio do Planalto, a líder do governo no Congresso, Joice Hasselmann (PSL-SP), disse que ficou acertada mudanças no pagamento do BPC (Benefício de Prestação Continuada) para pessoas com doenças raras.

Na semana passada, Bolsonaro se reuniu com a bancada do Podemos, que apresentou uma proposta do deputado Diego Garcia (PR) para que mais de um membro da família de uma pessoa com deficiência ou doenças raras possa receber o benefício. Garcia explicou que, pelas regras atuais, apenas um membro tem direito aos recursos assistenciais nesses casos, enquanto que o BPC para idosos carentes pode ser recebido por mais de uma pessoa da família.

"Queremos corrigir essa falha", disse o parlamentar. Não há cálculos de quanto o governo iria gastar a mais se a ideia for aprovada pelo Congresso. Segundo o deputado, Bolsonaro se sensibilizou e disse que apoiaria a emenda à proposta de reforma da Previdência para ampliar o acesso ao benefício em casos de doenças raras e deficiência. O secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, não soube responder, nesta segunda-feira (24), sobre o assunto.

"Pelo que eu saiba tudo que se refere a BPC foi retirado do relatório [da reforma]". Joice afirmou ainda que haverá alterações nas regras para policiais federais, como o pagamento integral da pensão por morte, ponto que havia sido alterado. Segundo ela, as mudanças serão anunciadas no início desta semana pelo porta-voz da Presidência da República, Otávio Rêgo Barros.

O relator da reforma, deputado Samuel Moreira (PSDB- SP), apresentou a primeira versão do parecer em 13 de julho. Esse texto já prevê que, quando um policial morrer em exercício da função, os dependentes terão direito a pensão integral.

"Houve alguns avanços em relação a algumas categorias policiais. A gente conseguiu atender alguns pleitos, como o BPC para pessoas com doenças raras. E, no estica e puxa, a equipe econômica já conseguiu ampliar as nossas contas", disse.

Segundo ela, mesmo com as alterações, que diminuiriam a economia com a proposta, o Palácio do Planalto discute outras mudanças que fariam a iniciativa retornar a um ganho total de cerca de R\$ 1 trilhão em dez anos, montante inicial programado pela equipe econômica.

"A gente está trabalhando nas mudanças, mas já houve um acréscimo de alguns bilhões do relatório original para o modificativo. Nós estamos em uma expectativa boa porque estamos muito próximos de R\$ 1 trilhão", disse. Joice reconheceu que o texto enviado ao plenário não deve incluir estados e municípios, mas ela não descartou a possibilidade deles serem contemplados por meio de uma emenda aglutinativa caso prefeitos e governadores consigam

reverter votos a favor da proposta.

"A ideia do governo era de que eles estivessem dentro do texto. Mas, como não houve um acordo, o que ficou definido é que se os governadores conseguirem entregar os votos, podemos fazer em uma aglutinativa", disse. Ela disse que a meta do Palácio do Planalto é chegar à votação em plenário com uma margem de apoio de 10% a 15% superior ao mínimo exigido para a aprovação da proposta, que é de 308 votos.

A expectativa é de que o relatório final, a ser apresentado na quarta (26), seja votado na comissão especial até o final desta semana, para que seja analisado em plenário antes do início do recesso parlamentar, na metade de julho. Deputados pró-reforma acreditam que cerca de 30 dos 49 membros da comissão especial devam votar a favor do texto.

Marinho também está confiante na aprovação da proposta por ampla maioria no colegiado até quinta (27). "Tudo leva a crer que há uma convergência". Para a reforma da Previdência ser aprovada na comissão, é necessário o apoio da maioria dos presentes na votação. Portanto, 25 votos são suficientes para fazer a proposta avançar.

| | |
|------------------|------------------|
| Veículo: O Globo | Online |
| Data: 26/06/2019 | Coluna: Economia |

O GLOBO

Tesouro: país corre risco de ter contas no vermelho até 2022

Para secretário, mesmo com reforma, governo não conseguirá elevar investimento

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, traçou um cenário sombrio para a economia brasileira nos próximos três anos e meio. Em audiência pública sobre a situação fiscal dos estados e da União ontem, no Supremo Tribunal Federal (STF), Mansueto disse que, mesmo com a aprovação da reforma da Previdência pelo Congresso, o país corre o risco de fechar as contas no vermelho no fim do mandato do presidente Jair Bolsonaro. E avisou que nem a União nem os estados terão condições de dar reajustes salariais.

Ele também alertou que o governo poderá não recuperar sua capacidade de investir até o fim de 2022:

—Mesmo com a reformada Previdência, este governo não conseguirá aumentar os investimentos, e continuará com uma taxa de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Essa é a nossa realidade hoje.

SEM ESPAÇO PARA AUMENTO

Mansueto destacou que uma das principais razões desse cenário é o elevado endividamento do país: a dívida bruta total, que era de 51% do PIB em 2013, hoje está em 78% do PIB. Outro motivo é o que chamou de “gasto excessivo com a Previdência”. Por outro lado, ressaltou o secretário, a sociedade brasileira não conta com serviços satisfatórios de saúde, segurança, educação e transporte:

—O Brasil é um país de renda média com carga tributária elevada, entre 33% e 34% do PIB, faixa bastante próxima à de economias desenvolvidas.

O secretário observou que a situação da União não é diferente da dos estados, bastante afetados pela recessão de dois anos seguidos, em 2015 e 2016. Segundo Mansueto, de 2001 a 2007, os estados pegavam entre R\$ 1 bilhão e R\$ 2 bilhões emprestados por ano. De 2011 a 2014, tomaram R\$ 130 bilhões.

Por essas razões, Mansueto ressaltou não haver espaço para aumentos salariais nem na União nem nos estados. Ele lembrou que esses reajustes ocorreram nos estados mais quebrados, como Rio, Minas Gerais e Rio Grande do Sul:

— Estados pegaram R\$ 130 bilhões naquele período, mas os investimentos caíram. O que aumentou foi o gasto com pessoal e custeio.

| | |
|------------------|------------------|
| Veículo: A Tarde | Caderno: Opinião |
| Data: 26/06/2019 | Página: A2 |

A TARDE
O jornal de toda Bahia

Insumos e Pis/Cofins

Luiz Roberto Conrado

Advogado, sócio do Marcelino & Conrado Advogados Associados, procurador do Município de Candeias/BA
conrado@advmar.com.br

Em tempos de crise, notícias que propagam redução de custos, economia, oportunidades de negócios e incentivo às atividades empresariais são sempre bem-vindas, destarte, através do presente artigo vamos expor três importantes decisões/orientações pertinentes ao conceito de insumo para fins de apuração de créditos de PIS e Cofins.

Recentemente, através da Solução de Consulta nº 107 de 2019, a Receita Federal emitiu parecer concluindo que os gastos com manutenção e operacionalização de sistemas de monitoramento, de vigilância, de controle de acesso e de segurança

nas áreas portuárias e de armazenagem, exigidos por lei e utilizados no processo de prestação de serviço de armazenagem e de movimentação de mercadorias, sob controle aduaneiro, permitem a apuração de créditos da não cumulatividade da Cofins com base no art. 3º, II, da Lei nº 10.833/2003.

Na referida consulta foi ventilado que tais sistemas seriam mantidos de acordo com exigências legais constantes das normas regulatórias aplicáveis e ainda afir-

Notícias que propagam redução de custos e incentivo às atividades empresariais são sempre bem-vindas

mou que seriam pertinentes e necessários às atividades exercidas, bem como proporcionariam maior eficiência e qualidade na prestação de seus serviços.

O outro caso diz respeito à matéria ambiental e representa a segunda boa notícia. A 1ª Turma do Carf no julgamento do Recurso Voluntário nº 13963.000564/2005-29 (Acórdão nº 3301-005.605), considerou os gastos com o cumprimento de obrigações ambientais impostas pela Administração Pública como insumo, para fins de apuração de créditos de PIS e Cofins.

Por último e não menos importante, em recente parecer, a Receita Federal considerou despesas com publicidade e propaganda como essenciais e relevantes ao comércio varejista, equiparando-as a insumos – o que gera direito a créditos de PIS e Cofins.

A partir das decisões acima destacadas, verificamos que a Receita Federal vem

alinhando a sua orientação com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que é firme no sentido de que deve ser considerado insumo e, portanto, apto a gerar crédito, tudo que for imprescindível para o desenvolvimento da atividade econômica. Deve-se levar em consideração a essencialidade e a relevância do insumo – bem ou serviço – para a empresa. A análise deve ser feita caso a caso, por depender de provas.

No entanto, em que pese a jurisprudência administrativa e judicial vir caminhando favorável aos contribuintes, é importante salientar que muitas vezes a interpretação do que é insumo ou não ficará a mercê de uma interpretação do Agente Fazendário, motivo pelo qual os contribuintes devem pleitear o seu direito de crédito através de Processo Administrativo Fiscal ou, se for o caso, através do Poder Judiciário.

| | |
|-------------------|--------------|
| Veículo: Correio* | |
| Data: 26/06/2019 | Caderno: 24H |



ETANOL SÓ É COMPETITIVO EM CINCO ESTADOS

COMBUSTÍVEL Os preços médios do etanol mantiveram-se vantajosos ante os da gasolina em cinco estados brasileiros na semana passada - Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná e São Paulo - todos grandes produtores do biocombustível. O levantamento é da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. A gasolina foi mais vantajosa no Rio Grande do Sul, com a paridade de 90,29% para o preço do etanol.

26/06/2019 - 05:00

Ministério projeta investimento novo de R\$ 32,8 bi na área de gás

Por André Ramalho

As iniciativas previstas no programa Novo Mercado de Gás, cujas diretrizes foram anunciadas na segunda-feira, vão ajudar a destravar investimentos da ordem de R\$ 32,8 bilhões em infraestrutura de gás natural no Brasil, segundo cálculo do Ministério de Minas e Energia (MME).

Os números incluem gasodutos, terminais de gás natural liquefeito (GNL) e unidades de processamento de gás (UPGNs). O programa se ampara, contudo, na abertura da capacidade ociosa dos gasodutos existentes.

AdChoices
PUBLICIDADE[inRead invented by Teads](#)

A expectativa é que o programa beneficie petroleiras que hoje têm dificuldades para acessar o mercado consumidor, devido à verticalização da Petrobras no setor. Entre as interessadas na abertura do mercado, estão Shell, Galp e Repsol, sócias da Petrobras no pré-sal e que vendem suas produções para a estatal por preços baixos, devido à dificuldade de acesso ao mercado.

A norueguesa Equinor e a americana ExxonMobil, sócias na promissora área de Carcará, no pré-sal na Bacia de Santos, acompanham o assunto com atenção, na expectativa de conseguir escoar os grandes volumes de gás do projeto.

A ideia do governo é abrir a capacidade ociosa dos gasodutos para outras empresas, antecipando o fim da exclusividade que a Petrobras ainda detém em gasodutos de transporte e de escoamento, UPGNs e terminais de GNL.

O acordo previsto entre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a Petrobras, para saída integral da companhia dos setores de transporte e distribuição de gás natural, promete lançar no mercado um novo pacote de oportunidades de aquisições.

A estatal ainda detém participação em quatro transportadoras e 19 distribuidoras estaduais de gás canalizado. O mais provável é que a Petrobras venda sua participação de 51% na Gaspetro (com a qual possui participação acionária nas distribuidoras), mas ainda não está claro como isso se dará. Outra opção seria a companhia optar por vender isoladamente concessionária por concessionária ou fechar pacotes com várias distribuidoras.

Em 2015, quando vendeu para a japonesa Mitsui 49% da Gaspetro, a Petrobras levantou R\$ 1,9 bilhão. Entre as potenciais candidatas às distribuidoras, estão a própria Mitsui, a Cosan (controladora da Comgás), a Naturgy (CEG e CEG Rio) e a Engie, que manifestou interesse na área de distribuição de gás.

A Petrobras possui 51% na Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG); 10% na Transportadora Associada de Gás (TAG); 10% da Nova Transportadora do Sudeste (NTS); e 25% na Transportadora Sulbrasileira de Gás (TSB).

Nos casos da TAG e NTS, a expectativa é que a estatal venda suas fatias remanescentes para as empresas que adquiriram o controle das companhias nos últimos anos: a francesa Engie e a canadense Brookfield, respectivamente.

O "choque de energia barata" com redução de 40% nos preços do gás natural para o consumidor em três anos dependerá, no fim das contas, da dinâmica do mercado. Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o preço da molécula (o gás em si) representa 46% do custo final do gás para a indústria. O restante vem dos impostos (24%), das margens da distribuição (17%) e do transporte (13%).

Os números mostram, portanto, que o caminho para a redução substancial do preço do gás passa, necessariamente, pelo barateamento dos preços dos produtores, que são livres e não estão dentro da alçada direta do governo.

O preço da molécula é livre. O único componente que cabe diretamente ao governo é administrar os impostos. O plano de abertura do mercado, portanto, passa pela criação de condições para diversificar a oferta de gás.

No setor de distribuição, a ideia do governo federal é convencer os Estados a adotarem regras mais favoráveis à abertura do mercado livre, em troca da liberação de recursos da União para auxiliar na situação fiscal deles. As margens de distribuição, no entanto, representam apenas 17% do preço final do gás e não seriam suficientes, sozinhas, para garantir a queda dos preços pretendida pelo governo.

Questionada pela reportagem sobre o anúncio do CNPE, a Petrobras não se manifestou sobre o assunto. **(Colaborou Rodrigo Polito)**

| | |
|------------------|------------------|
| Veículo: O Globo | Online |
| Data: 26/06/2019 | Coluna: Economia |

O GLOBO

BC vê estagnação no 2º tri. Retomada ficaria para 2020

Analistas avaliam que, para crescer, é preciso, além de aprovar a Previdência, iniciar a reforma tributária e dar ritmo às concessões

A economia brasileira chega à metade do ano sem dar sinais de fôlego para crescer. Economistas consultados pelo GLOBO avaliam que o avanço de 2019 “já está dado” e não chegará nem a 1%. Para o Banco Central, é nítida a interrupção do processo de recuperação, e essa perda de ímpeto pode ter jogado o país em uma situação de estagnação no segundo trimestre, que se encerra em poucos dias.

De acordo com a ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, divulgada ontem, o leve recuo da atividade econômica no primeiro trimestre reflete essa perda de dinamismo, o que deve jogar para frente a retomada do processo de recuperação. Para que 2020 não seja mais um ano de crescimento forte perdido, economistas consultados pelo GLOBO avaliam que, além de aprovar a reforma da Previdência, o governo precisa avançar em outras frentes, como melhorar o ambiente de negócios do país, iniciar a reforma tributária e dar ritmo às concessões.

—É claro que é angustiante ver a economia crescendo pouco. Mas há um esforço de plantar sementes para que

2020 seja melhor. Este ano o foco é a reforma da Previdência. Se vier algo da tributária, ótimo. Nossa previsão é de um crescimento de 2% para o ano que vem, mas isso está em aberto. Pode haver uma surpresa positiva — diz Silvio Campos Neto, economista da consultoria Tendências.

Uma queda de juros ajuda, mas não é a questão primordial neste momento, diz o economista. Segundo ele, a taxa básica de juros (Selic) não é o que impede o crescimento.

RECESSÃO TÉCNICA

O Copom voltou a destacar a importância de reformas como ferramentas que reduzem incertezas e podem estimular o investimento privado. Para alguns economistas, a perda de dinamismo destacada pelos diretores do BC indica que há espaço para o país enfrentar um novo período curto de recessão, uma vez que o PIB já recuou nos três primeiros meses do ano e é possível que haja revisão do crescimento registrado no fim de 2018, e até mesmo uma nova retração no fechamento deste semestre. É considerada uma recessão técnica quando há dois trimestres seguidos de retração.

— Matematicamente, uma recessão técnica é possível. Com os atuais indicadores, é possível que o segundo trimestre não reaja o suficiente para apresentar alta — diz Flávio Byron, sócio da Guelt Investimentos.

Para Álvaro Bandeira, economista-chefe do banco digital Modalmais, a reforma da Previdência funcionará como um gatilho para a retomada do crescimento:

— A reforma da Previdência abre a porta para que o governo possa fazer outras reformas, especialmente a tributária, que tem impacto mais imediato na vida das empresas. O governo

precisa avançar com as privatizações, com as parcerias público-privadas e tomar outras medidas para alavancar a economia. O crescimento de 2020 depende dessas ações.

Na avaliação de Alexandre Espírito Santo, economista da Órama, o país corre o risco de ter uma década perdida em termos de crescimento.

—É fato que o crescimento da economia de 2019 está muito abaixo do projetado no início do ano. Numericamente, é possível haver recessão técnica no segundo trimestre, mas o problema não se resume a este ano. O baixo crescimento vem desde o início dos anos 2010. Estamos com chances de ter uma década perdida. Esse período de baixo crescimento está muito similar aos anos 1980. A economia está com o freio de mão puxado.

ESTAGNAÇÃO MOMENTÂNEA

Sergio Vale, economistachefe da MB Associados, entretanto, acredita que a economia passa por uma estagnação momentânea:

—O ano está, de certa forma, perdido, com um primeiro semestre ruim como estamos tendo. Mesmo uma volta do crescimento, no segundo semestre, não tiraria o ano de resultados fracos. A tendência de melhora é mais para a frente, com as reformas que estão sendo feitas. Acho que o rumo está bem colocado, a despeito das intempéries políticas.

Para Alex Agostini, economista-chefe da agência de classificação de risco Austin Rating, existe a possibilidade de uma recessão técnica, como resultado da deterioração maior do que o esperado das expectativas de empresários e consumidores.

— Isso reduz a tração da economia e pode levar a uma recessão, ainda que temporária — observa Agostini, que aposta em retração de 0,35% da economia no segundo trimestre do ano. —No primeiro ano, o governo pode se dar ao luxo de errar, mas precisa fazer avanços em outras frentes, sob o risco de não conseguir reverter a situação econômica ruim.

Tribuna

Prévia da inflação fica em 0,06 por cento em junho

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), que é uma prévia da inflação oficial do país, perdeu força em junho e ficou em 0,06%, depois de registrar 0,35% em maio, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o órgão, é a menor taxa para o mês desde junho de 2008, quando ficou em -0,15%. Segundo o IBGE, quedas nos preços de alimentos e combustíveis – que têm os maiores pesos na composição do índice – ajudaram a inflação a perder força na passagem de maio para junho.

O grupo Alimentação e bebidas, que havia ficado estável em maio, teve deflação (-0,64%) em junho. Já os combustíveis (que fazem parte do grupo transportes) tiveram queda de 0,67%, depois de subirem 3,3% no mês anterior. É o que mostra reportagem de Daniel Silveira, G1 — Rio de Janeiro. Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE, somente o de alimentação e bebidas teve deflação no mês. Mas apenas três grupos tiveram taxas maiores em junho que em maio: artigos de residência (de -0,63% em maio para 0,01 em junho), educação (de 0 em maio para 0,09% em junho) e comunicação (de -0,04% em maio para 0 em junho).

ALIMENTOS EM QUEDA
Segundo o IBGE, a safra agrícola fez com que os preços de alguns produtos importantes na mesa do brasileiro tivessem queda significa-

tiva em junho. Os principais destaques foram o feijão-carioca (-14,99%), tomate (-13,43%), feijão-mulatinho (-11,48%), batata-inglesa (-11,30%), feijão-preto (-8,84%) e frutas (-5,25%).

O instituto destacou que a alimentação fora do domicílio também teve recuo em junho. O IPCA-15 para este grupamento desacelerou de 0,48% em maio para 0,33% em junho.

ALÍVIO NOS TRANSPORTES

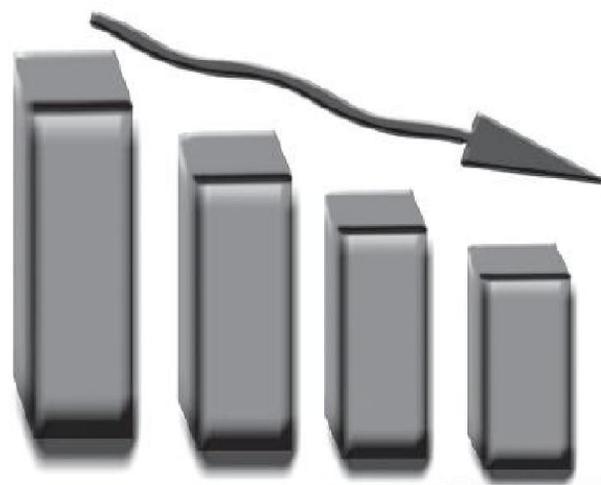
O grupo dos Transportes desacelerou de 0,65%, em maio, para 0,25% em junho, contribuindo, juntamente com os alimentos, a desacelerar a inflação no período. Segundo o IBGE, esse queda nos transportes foi puxada pelos combustíveis.

A gasolina apresentou alta de 0,10% em junho ante uma alta de 3,29% no IPCA-15 de maio. Já o etanol, que teve alta de 4% no mês anterior, caiu 4,57% em junho.

PASSAGEM AÉREA FREIA QUEDA

Com alta de 18,98%, as passagens aéreas exerceram impacto de 0,08 ponto percentual sobre o indicador mensal. Conforme destacou o IBGE, foi o maior impacto positivo na prévia da inflação de junho, ou seja, responsável por pressionar o indicador, impedindo uma desaceleração maior.

No ano, os preços das passagens aéreas acumulam uma queda de 15,32%. Em 12 meses, porém, acumulam uma alta de 52,30%.



ANÁLISE

Presidente do BC aponta desaceleração global e juro baixo

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse nesta terça-feira (25) em evento na sede da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) que a economia global passa por um processo de "revisão para baixo" de seu crescimento.

"O mundo mais recentemente começou a entender que vamos para uma trajetória de juros mais baixos. A pergunta que sempre fica é: o que está acontecendo globalmente?", acrescentou o chefe da autoridade monetária. É o que mostra reportagem do Valor on line.

Ao apresentar a agenda "BC#" para uma plateia de dirigentes e executivos

de bancos cooperativos e cooperativas de crédito, Campos comentou os efeitos da guerra comercial entre China e Estados Unidos sobre "boa parte do mundo". A agenda foca em medidas para reduzir burocracia, simplificar e modernizar o sistema financeiro.

No evento sobre crédito cooperativo, o presidente do BC fez um breve panorama do cenário macroeconômico mundial, destacando que a previsão de crescimento para a economia global em 2019 vem caindo: em março era de 3,7% e neste mês de junho foi para 3,3%. E acrescentou que os riscos associados a uma desaceleração

da economia global permanecem.

Campos ainda chamou atenção para o fato de que nas últimas três, quatro semanas as curvas de juros longos têm apresentado queda no Brasil. E ressaltou que a missão "número 1" do BC é manter a inflação sob controle. "Estamos com inflação dentro da meta e nível de ancoragem bastante estabelecido", afirmou.

Ele também comentou que um dos canais que continua ainda bastante vivo na economia e tem sido um sinal de alento é o crédito. "O crédito tem demonstrado um crescimento bastante saudável."

O mundo mais recentemente começou a entender que vamos para uma trajetória de juros mais baixos. A pergunta que sempre fica é: o que está acontecendo globalmente?

Campos reiterou que a conjuntura econômica prescreve política monetária estimulativa e admitiu que existe uma "angústia" da população, porque, apesar de a taxa básica de juros estar na mínima histórica, os spreads bancários não caíram na mesma proporção.

O presidente do BC ressaltou ainda o projeto de aumentar a conversibilidade

da moeda, que tem várias fases. "Grande parte das leis cambiais foi feita no Brasil entre 1920 e 1960. Tem várias assincronias no sistema que precisam ser revistas", afirmou. Ele citou ainda outras medidas a Agenda BC#, como o projeto de resolução bancária e mudanças no crédito rural e no imobiliário, com a adoção do home equity, por exemplo.